

Importância da Geografia no Poder Nacional *

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA
Geógrafo do C.N.G.

Poder Nacional — conceituação — Para que se compreenda bem a importância da Geografia para o Poder Nacional é preciso que se entenda primeiramente, o que vem a ser o Poder Nacional.

O Poder é definido como a capacidade de produção de efeitos desejados, e para a realização dos mesmos é necessário dispor de poderio. O Poder de uma nação na obtenção desses efeitos desejados depende dos meios de que ela dispõe.

Assim o Poder Nacional é o instrumento por meio do qual o Estado procura assegurar a consecução e a manutenção dos seus objetivos.

No dizer de BERTRAND RUSSEL o Poder é um conceito fundamental nas ciências sociais, no mesmo pé de igualdade com a Energia, que constitui também conceito fundamental na Física ¹.

O Poder Nacional é, portanto, o instrumento de ação de que se vale o Estado para realizar os seus fins num momento considerado. Quando caminhamos para uma política de violência, Poder significa, na realidade, a aptidão do poder *fazer a guerra*. E esta adquire outro sentido, quando é considerada, como fez CARL VON CLAUSEWITZ, “a continuação da Política por outros meios” (VON KRIEGE — *Da Guerra*).

O Poder Nacional, no entanto, traduz-se também na aptidão de uma nação para realizar seus objetivos, mesmo quando não situados na escala máxima da violência, que é a guerra.

“Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, econômicos, psico-sociais e militares) de que dispõe, efetivamente, a nação, numa época considerada, para promover no âmbito interno e na esfera internacional, a conquista e manutenção de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes” ².

Por esta definição clara e precisa vemos que o Poder Nacional não é apenas a soma de todos os poderes do Estado, expressa na *soberania nacional*. Representa a integração de todos os meios de que dispõe a nação em determinado momento, para a consecução ou salvaguarda dos objetivos nacionais, caracterizando-se por sua inteireza. Há várias formas ou expressões do Poder Nacional:

- O Poder Político
- O Poder Econômico
- O Poder Psico-Social
- O Poder Militar

Nenhuma forma de Poder está subordinada a outra o que significa, em outros termos, não haver prevalência de um campo sobre o outro. Como bem acentua BERTRAND RUSSEL, é comum considerar o Poder Econômico como a fonte de que derivam todas as outras classes de Poder, o que é um erro pois, Poder Nacional é uma expressão integrada: “Tentar isolar qualquer uma das formas de Poder — e, de modo especial, em nossos dias, a forma econômica — tem sido, e ainda é, uma fonte de erros de grande importância prática” ³.

O Poder Nacional tem caráter de relatividade, o que significa que o Poder de um Estado só pode ser entendido, quando comparado ao Poder de outro Estado, nesse caso, as análises conjunturais são da máxima importância para

* Conferência pronunciada no auditório do IBGE, por ocasião da I Semana de Geografia, no dia 27-5-63.

¹ BERTRAND RUSSEL *O Poder — Uma nova análise social* — (p. 4).

² Para maiores pormenores vide: Cel. EDUARDO DOMINGUES DE OLIVEIRA *O Poder Nacional (Considerações gerais)*. Rio de Janeiro — 42 páginas — (p. 7).

³ B. RUSSEL — obra citada (P. 5).

se compreender a existência do Estado Nacional. O isolamento absoluto é impossível, de modo que teoricamente a existência de vários Estados pressupõe a existência de esferas de interesses diferentes. Daí haver autores que dizem não ter sentido o conceito de Poder de um Estado, a não ser considerado em relação ao Poder de outros Estados.

Quanto à *Estrutura do Poder Nacional*, é de natureza complexa, e se constitui pela reunião de um conjunto de estruturas particulares, como política, econômica, psico-social e militar. Em princípio cada estrutura deve obedecer a tipos mais ou menos homogêneos, isto é, a política é o reflexo da economia e do estado social, etc.

Sistematizando diremos que as considerações decorrentes da conceituação de Poder Nacional são:

- 1 — Meios de toda ordem de que dispõe efetivamente a nação.
- 2 — Época considerada, o que significa que a nação pode, realmente, utilizar na época em que fôr necessário a sua aplicação, época esta que pode se situar, no momento atual ou num futuro determinado.
- 3 — Promoção da conquista e manutenção dos objetivos nacionais. Esta idéia vincula o Poder Nacional à *possibilidade efetiva de ação*.

Vejamos agora os elementos essenciais do Poder Nacional: A distinção dos *elementos essenciais do Poder Nacional em fundamentos e fatores* é apenas uma tentativa de hierarquização para caracterizar os elementos que basicamente participam de sua composição (fundamentos) e os que particularmente nela influem ou a condicionam (fatores).

Os fundamentos e fatores de natureza geográfica, por exemplo, embora não constituam uma "expressão" do Poder, formam a sua base. Devemos, portanto, salientar sua marcante participação no apoio e condicionamento de qualquer das "expressões" ou "formas" de Poder. Participam, desse modo, como elementos essenciais do Poder Nacional, os quais se interpenetram e mutuamente se condicionam.

Fundamentos do Poder Nacional — são os elementos essenciais sobre os quais o Poder Nacional basicamente se estrutura, ou melhor, constituem a origem, a base, a fonte do Poder Nacional; apresentam, em geral, caráter de relativa permanência no tempo e no espaço.

Fatores do Poder Nacional — são os elementos essenciais que repercutem sobre o Poder, condicionando-o, valorizando-o ou depreciando-o; desta forma, definem, delimitam e determinam a estrutura do Poder Nacional.

A *avaliação do Poder* consiste precipuamente na formulação de "juízos de valor", mas esta operação é muito complexa, pois, não pode ser realizada inteiramente através de processos preciosos de medição. Há vários fatores subjetivos e, portanto, sujeitos em sua apreciação a imprecisões. A *avaliação do Poder* resulta sempre em um valor aproximado, e será sempre uma tarefa nova para cada oportunidade, tendo em vista o dinamismo das transformações impostas pelo homem. Os fatores positivos e negativos do Poder Nacional ficam, portanto, no terreno das aproximações.

No Poder Nacional cumpre distinguir: *Poder e potencial* — o *Poder atual* indica sempre um Poder existente, ou seja, o *Poder em ato*; o *Potencial* significa um *Poder futuro*, ou seja, um *Poder em potência de ser*. O *Potencial* indica possibilidade de *Poder futuro*, e está condicionado aos fatores tempo e espaço e aos fins a que se destinará o Poder, na época considerada.

O Poder Nacional, e da mesma forma o potencial tendo em vista sua condição de Poder futuro, é considerado como o instrumento destinado à execução das políticas de desenvolvimento e de segurança, e como tal tem necessidade de atender simultaneamente aos reclamos do desenvolvimento e da segurança nacional.

"Segurança nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares, um Estado pode proporcionar,

numa época determinada, à nação que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes”⁴.

Isto significa, em outras palavras, a concretização dos interesses e aspirações da nação brasileira cujos *objetivos nacionais* permanentes (ONP) podem ser sintetizados do seguinte modo:

- 1 — Integridade territorial
- 2 — Unidade nacional
- 3 — Valorização do homem
- 4 — Emancipação econômica
- 5 — Sistema democrático representativo. Governo republicano
- 6 — Independência e soberania
- 7 — Projeção internacional.

Através do estudo dos três elementos fundamentais do Poder Nacional: espaço, homem e recursos naturais, integrados nas regiões geográficas equacionam-se os ONP citados.

Dêste modo dedicaremos a segunda parte de nossa conferência ao estudo das regiões geográficas e sua importância para o Poder Nacional.

Podemos dizer que a Geografia trata das diferenças regionais, ou melhor, estuda os diferentes tipos de paisagens, levando em conta as relações entre os elementos inorgânicos. Estuda a organização, isto é, as relações entre os diferentes meios.

A paisagem representa a expressão de todos os fatos que ocorrem na superfície do planeta Terra, sendo definida a individualizada nas regiões.

As regiões, por sua vez, representam a convergência de uma série de fatos. A tentativa de isolamento de um só fato, com o estabelecimento de regiões naturais ou regiões humanas simples, significa uma dissecação da realidade da natureza expressa nas *regiões geográficas*.

O campo específico da Geografia é o imenso laboratório constituído pela natureza. Assim as *regiões geográficas* plenamente definidas, isto é, no seu todo, constituem a essência da moderna Geografia.

A Geografia Regional é o cerne da Geografia moderna. Todavia há certo dualismo metodológico entre Geografia Sistemática e Geografia Regional.

A expressão *região* tem sido considerada segundo várias facetas, de acordo com o rigor científico de cada autor, tendo em vista o “excesso de verbalismo” existente na Geografia. Para fixar o conceito de região, os geógrafos são obrigados a se utilizarem dos princípios básicos da Geografia como: *localização* (onde?), *extensão* (até onde?) e *analogia* ou *conexão* (como?).

Há vários critérios para se classificar as regiões. Assim podemos falar em *regiões elementares* ou *primárias*, *regiões naturais* ou *fisiográficas*, *regiões humanas* e *regiões geográficas*.

As *regiões elementares* são as áreas da superfície do globo terrestre individualizadas por um elemento da paisagem: *região geomorfológica* — individualizada pelas formas de relevo, *região climática* — individualizada por um tipo de clima, *região fitogeográfica* — pela vegetação, região ou *provincia geológica* — definida pela estrutura ou pela geocronologia, *regiões pedológicas*, pelo tipo de solo, *região ontropológica* individualizada pelo tipo étnico, *região lingüística*, *região econômica*, etc.

Na classificação das regiões podemos considerar vários elementos naturais ou vários elementos culturais para identificar respectivamente as *regiões naturais* ou *fisiográficas* e as *regiões culturais*⁵. Todavia, para o Poder Nacional, com os seus diversos campos, o que interessa realmente são as *regiões geográficas*, isto é, as áreas individualizadas pelo complexo de fatores fisiográficos e culturais.

⁴ Cel. EDUARDO DOMINGUES DE OLIVEIRA — Trabalho citado.

⁵ Para maiores pormenores veja-se o trabalho do Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES intitulado: “Divisão Regional do Brasil” in *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, nº 2, abril-junho de 1941, pp. 318/371. JORGE ZARUR faz um interessante estudo deste tema no Cap. IV. (“A região geográfica”) de sua tese de concurso para catedrático intitulada: *Precisão e aplicabilidade na Geografia* — (pp. 59/101).

Na caracterização das grandes regiões geográficas, os geógrafos utilizam, de modo generalizado, fatores fisiográficos, como delimitadores, uma vez que estes são mais estáveis, quando comparados aos fatores culturais. Todavia encontram sérios problemas na escolha de critérios para delimitar uma região geográfica. Nos trechos limitrofes, tem-se comumente uma área de transição, pois na natureza os fenômenos não terminam súbitamente. Isto significa dizer que os limites rígidos traçados numa carta, correspondem na realidade a faixas de transição.

Na análise dos fatores fisiográficos, ou melhor, das *regiões fisiográficas* ou *naturais*, o Poder variará naturalmente na medida do maior ou menor volume dos recursos existentes, além de sua qualidade, diversificação e localização. *Nosso ponto de vista é que os analistas do Poder Nacional têm necessidade das sínteses geográficas e não dos elementos isolados.* A avaliação do Poder só pode ser feita quando se considera o complexo intrincado dos fatores fisiográficos e as várias implicações com o grupo humano. Daí a vantagem dos dados fornecidos pela Geografia Regional sobre a Geografia Sistemática ou tópica.

A pesquisa geográfica constitui um dos elementos básicos de ação nos diferentes campos do Poder Nacional — político, econômico, psico-social e militar. Os fundamentos geográficos favoráveis são requisitos essenciais para um grande Poder. Todavia, a capacidade criadora do homem consumindo mais tempo e recursos, em um país que não seja tão bem dotado quanto outro, também pode produzir um grande Poder.

Quais são os fundamentos e fatores geográficos segundo a Geografia Sistemática, a que se referem os analistas do Poder Nacional?

Destacariamos inicialmente o *espaço geográfico* (extensão, forma e posição); os *fatores fisiográficos* como: estrutura geológica, formas de relevo, clima, hidrografia, vegetação, fauna, solo e, finalmente, os *fatores culturais*. A análise minuciosa de qualquer desses fatores sem correlacionar dentro do “complexo regional”, constitui assunto sistemático pertinente à Geologia, à Meteorologia, à Botânica, à Sociologia, etc. etc. Todavia se tentarmos correlacionar a influência dos fatores *fisiográficos* na capacidade de povoamento de um país, na capacidade de produção, na circulação, ou ainda nos caminhos naturais de penetração e os obstáculos interpostos pela natureza, estaremos nos aproximando da Geografia⁶.

Dentro de uma região geográfica podemos ter diferentes tipos de estruturas geológicas, diversas bacias hidrográficas, diferentes tipos de solos, cobertura vegetal, e conseqüentemente diferentes recursos naturais básicos e ainda de acôrdo com o grau de cultura do grupo humano, diferentes atividades econômicas — extrativismo vegetal, mineral, agricultura rotineira ou com técnica moderna, o mesmo ocorrendo com a criação de gado, indústrias, etc. Todos estes dados fornecidos pela Geografia das regiões são de máximo interesse para o Poder Nacional. Não se trata de fatos ou elementos isolados, mas correlacionados dentro das regiões.

Segundo nossa posição metodológica os fundamentos geográficos do Poder Nacional são as grandes regiões geográficas e os fatores são os diferentes elementos caracterizadores dessas regiões. É difícil dar uma hierarquia geral para caracterizar as grandes regiões. No entanto, os elementos físicos como *clima* e *vegetação*, são os dois fatores mais comumente invocados para a delimitação das regiões geográficas. Também o relevo e a hidrografia podem ser considerados e mais subsidiariamente os outros elementos componentes das paisagens. As unidades regionais máximas vão dar portanto, uma série de paisagens com recursos diversos. Por conseguinte, o *fator extensão* de um país é importante quando consideramos os diferentes recursos que nele podem existir. Assim as diversificações regionais são também da maior importância para o Poder Nacional. Todavia, se houver desequilíbrios sócio-econômicos muito grandes entre as regiões geográficas de um país, a tendência à fragmentação da unidade política será grande.

⁶ Para maiores minúcias, ver em *Paisagens do Brasil* de nossa autoria, a primeira parte do volume que intitulamos: “O meio físico e suas repercussões na paisagem cultural”. (Pp. 3/94).

Cabe à política governamental organizar planos para superar os desequilíbrios regionais, a fim de manter coeso o poder central.

A diversificação regional pode e deve atuar como um fator de integração nacional. Isto significa em outros termos, o fornecimento de recursos mais variados pelas diversas regiões, cujo somatório originará elementos favoráveis à coesão nacional pela complementação das economias regionais.

A estrutura do Poder Nacional é complexa e resulta da reunião de várias estruturas particulares. No complexo campo do exercício do Poder, no tocante ao emprêgo da política para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais a Geografia representa papel altamente significativo e algumas vezes decisivo. Poderíamos aqui invocar o importante fundamento geográfico do Poder Nacional — extensão territorial das regiões geográficas.

Entretanto grandes áreas sem povoamento ou sem organização efetiva de ocupação ou, ainda, sem o estabelecimento de um plano diretor de aproveitamento dos recursos naturais, significam obstáculos a serem vencidos pelo Poder Nacional. Como exemplo citaremos o caso concreto da Amazônia, que já foi motivo de cobiça internacional e constitui por isso mesmo até hoje assunto do mais alto interesse para os analistas do Poder Nacional.

Visando a solucionar o problema da Amazônia coube ao Estado acionar a política de valorização da referida área, através da criação da SPVEA que teve como finalidade precípua fazer com que esta grande região possa representar uma fonte geradora de poder.

Os planejamentos que visam a esta valorização devem ser feitos no entanto atendendo à diversificação regional, pois, na região há uma série de problemas comuns e que devem ser resolvidos no conjunto.

A extensão e a posição geográfica de um território vão caracterizar as grandes regiões, e, são as coordenadas do Poder Nacional. Isto implica, naturalmente, numa definição da *forma desse território* e conseqüentemente das suas *fronteiras*. Estas são no dizer de Jacques Ancel “isóbaras políticas”, pois, devido a pressões de fora para dentro e de dentro para fora, segundo a capacidade de sua resistência, dão o contôrno do território na época considerada.

A estes dois fatores geográficos acrescenta-se a noção, do *conteúdo*, isto é, dos *recursos naturais* existentes nas grande regiões. Focalizaremos a seguir estes recursos naturais, sua utilização pelo homem e o Poder Nacional.

Estudando os fundamentos e fatores geográficos do Poder Nacional merece atenção especial o exame dos recursos naturais, pois, de sua conveniente utilização pelo homem, nas diversas regiões, depende o fortalecimento do Poder Nacional.

Os recursos naturais constituem fato de alta significação no conteúdo físico do território de um país, sendo um importante fator do Poder Nacional a ser considerado no espaço geográfico das diferentes regiões. Representam o suporte físico do poder de um país. Todavia, é o elemento humano que transforma esta riqueza potencial em fonte de Poder⁷.

No campo político, os recursos naturais representam capacidade e poderio, porém, para que se possa processar sua transformação em poder utilizável são necessárias condições administrativas de uso e posse da propriedade devidamente regulados, sem o que pela indevida utilização dos mesmos podem tornar-se inoperantes e até com caracteres depreciativos.

No campo econômico os recursos naturais constituem a base de toda a economia. No campo psico-social devemos salientar que é ainda da possibilidade de um melhor uso dos recursos naturais básicos que o povo terá melhoria do seu bem estar.

⁷ MIGUEL ALVES DE LIMA acentuou que: “O desenvolvimento industrial e agrícola se fundamenta em recursos retirados da terra e a população do globo tem enorme necessidade de encontrar recursos que possam alimentar suas necessidades crescentes; minérios, combustíveis, alimentos devem ser produzidos para atender a essas exigências e o inventário dessas riquezas é condição precípua para a avaliação da medida em que cada país delas se pode suprir” (In: *O Poder Nacional: seus fundamentos geográficos* (1957. (P. 19).

A boa utilização dos recursos naturais constitui um elemento basilar da política nacional.

No estudo dos recursos naturais devemos considerar os bens fornecidos pela natureza, a tecnologia utilizada e também a população que deve ser sustentada. As relações entre esses diversos fatores e as múltiplas combinações que afetam a capacidade de manter e de elevar os padrões de vida, interessam particularmente aos analistas do Poder Nacional.

A Geografia é justamente a ciência que estuda estas relações existentes entre os seres vivos — vegetais, animais e especialmente o homem, com o mundo inorgânico. É por isto que insistimos, ser a Geografia uma das ciências de maior importância para os analistas do Poder Nacional.

Dêsse modo podemos afirmar, que *da boa harmonia existente entre os recursos naturais básicos e os métodos empregados pelo grupo humano em seu aproveitamento, dependerá, em grande parte os destinos da própria sobrevivência da humanidade*⁸.

A população do globo é hoje superior a três bilhões de habitantes, enquanto em 1940 era apenas de dois bilhões. Atualmente a população do globo cresce, por ano, em mais de 48 milhões⁹. Calcula-se que o efetivo populacional segundo o mesmo ritmo de crescimento verificado nos nossos dias será de seis bilhões no ano 2000, portanto daqui há apenas 40 anos.

A “explosão demográfica” do ano 2000 tem sido assinalada pelos especialistas em demografia, e não tem sido considerada com a devida cautela, tendo em vista divagações científicas de caráter especulativo e doutrinário, fugindo no entanto, à realidade vivida pelas populações hodiernas. Para fornecer alimentos a toda a população atual num padrão de vida considerado pelas Nações Unidas apenas como mínimo condizente com a espécie humana, seria necessário aumentar a produção mundial nas seguintes proporções: cereais — 50%, carnes, 90%, leite e derivados 125%, óleos vegetais 125%, frutos e legumes, 300%. Isto para os atuais 3 bilhões de seres humanos. Como será possível a vida da população daqui a 40 anos se tivermos um efetivo de 6 bilhões, por conseguinte o dobro do atual?

Este é o fato dramático e mais importante com que o homem, hoje, se defronta. Acreditamos ser ele muito mais importante que qualquer questão de soberania do Estado, predominância de blocos de nações e doutrinas políticas. Veja-se presentemente a situação da fome no sudeste asiático e mesmo na população rural do Nordeste brasileiro, e em caráter menos agudo, por todo o interior do país.

Se falharmos na consecução deste objetivo primordial, qual seja a produção de alimentos, o mundo soçobrará em anarquia, miséria e fome em proporções nem sequer imaginadas.

Terá a Terra suficientes recursos para elevar o padrão de vida de toda a sua população, àquele padrão mínimo referido pelas Nações Unidas e, mantê-lo à medida que esta população aumentar? Uma resposta adequada a esta pergunta é de fundamental importância para os analistas do Poder Nacional. No Brasil, teremos recursos para atender ao enorme crescimento de nossa população, elevando o seu padrão de vida?

Quem responderá a esta questão?

Quem fornecerá os fatos básicos para formulação de uma resposta adequada?

Considerando a gravidade da situação reinante nos nossos dias, tendente a agravar-se em função do crescimento demográfico do globo e da dilapidação dos recursos naturais básicos é que nos propusemos a esboçar este problema com a metodologia geográfica.

⁸ O saudoso professor JORGE ZARUR nos trabalhos intitulados: “Geografia: ciência moderna ao serviço do homem” in: *Revista Brasileira de Geografia*, ano VI, n.º 3 e mais recentemente na tese intitulada *Precisão e aplicabilidade na Geografia*, 153 páginas. Rio de Janeiro, 1955, salientou a posição da moderna Geografia aplicada ao bem-estar da humanidade.

⁹ Nações Unidas *O Mundo em números*, p. 7.

Nosso objetivo primordial, portanto, é pôr em foco a posição da Geografia no que diz respeito aos recursos naturais¹⁰, pois, antes de pensarmos num planejamento adequado é preciso que tenhamos um conhecimento prévio qualitativo e quantitativo dos mesmos. Isto implica, de início numa localização dos recursos dentro da região¹¹ e, tal missão deverá ser realizada através do trabalho de descrição e de interpretação, feito pelo geógrafo.

No caso brasileiro é preciso acentuar que várias áreas ainda estão praticamente desconhecidas, tal a raridade de trabalhos científicos sobre as mesmas. Como exemplo, poderíamos citar a zona setentrional do estado de Mato Grosso, o sul do estado do Amazonas e Pará, leste do Pará, o este do Maranhão, o trecho da zona fronteira Goiás, Bahia, etc.

Investigando o meio com critério racional e caráter científico, a Geografia fornece ao homem conhecimentos que lhe facilitam o aproveitamento dos recursos da natureza com maior eficiência e por conseguinte maior proveito. Só a Geografia é capaz de fornecer uma visão global das áreas sujeitas a planejamentos regionais e estas informações são de capital importância para a mobilização dos recursos de uma região, em Poder.

Nosso ponto de vista como geógrafo é que o uso desregrado dos recursos naturais, sem observância do conservacionismo, representa uma grande ameaça para o bem-estar de todos os povos. Analisando-se a situação da conjuntura mundial dos recursos naturais básicos, em face da tecnologia empregada presentemente, e o acelerado crescimento demográfico do mundo moderno, pode-se dizer que a própria sobrevivência da humanidade estará em perigo se a filosofia conservacionista da natureza não for incrementada entre todos os habitantes da Terra¹². A harmonia de relações entre: homem e meio, com tecnologia avançada, significará abundância de recursos para todos¹³.

Estudando os recursos naturais devemos considerar também o potencial humano. Seu valor está ligado ao grau de cultura técnico-científica, a fim de haver harmonia dentro das condições fornecidas pela natureza¹⁴. Devemos todavia salientar que os grupos humanos devem ser considerados dinamicamente como

¹⁰ A. J. SAMPAIO, no seu livro *Phytogeographia do Brasil*, de 1932, no capítulo intitulado "Patrimônio florístico do Brasil" trata especificamente da proteção à natureza, salientando-se, que a matéria versada ia ser orientada segundo os programas universitários de vários países europeus, onde existia uma cadeira especial de proteção à natureza, e que augurava para breve a mesma iniciativa do nosso país, dizia: "A proteção à natureza, à luz da Geografia Humana, é no mínimo uma verdadeira profilaxia da inanição e de moléstia de carência no habitat rural, como focalizada no Congresso de Paris — 1923, profilaxia tão importante quanto a de infecções e infestações..." (P. 12).

¹¹ L. DUDLEY STAMP nas conclusões finais de seu discurso de abertura do XVIII Congresso Internacional de Geografia enfocou a atitude do geógrafo, e sua importante missão no mundo contemporâneo, tendo em vista o crescimento demográfico e as práticas empregadas pelos grupos humanos nos diferentes meios. Dizia ele: "Observando-se a crescente pressão exercida pela população sobre os recursos terrestres, torna-se inevitável dirigir nossa preocupação para a conservação e o planejamento a fim de conservar os recursos que nos foram dados pela natureza e planejar a utilização mais eficiente dos mesmos, para que no futuro a espécie humana se veja beneficiada."

Nem todos os planejamentos devem partir da posição atual. A terra não é uma fôlha de papel em branco no quadro de um escritório. Em todas as partes ela mostra uma norma extremamente complexa de utilização, de não utilização, de má utilização, que são o resultado de uma ação conjunta de diversos fatores físicos e da contínua ocupação humana". (O levantamento dos recursos terrestres" in: *Boletim Geográfico*, n.º 134 (P. 494).

¹² Veja-se o artigo de PIERRE MONBEIGS "O Homem e a Terra" (Problemas de população no Brasil de após-guerra) In: *Boletim Geográfico*, ano I, n.º 10, pp. 25/29, onde o autor destacou uma série de problemas e as possíveis soluções.

¹³ "A conservação dos recursos naturais visa à defesa e à exploração dos meios da natureza, sem romper seu equilíbrio, tendo por base as explorações ecológicamente adaptadas" (ALTAIR A. M. CORRÊA "A utilização das terras deve ter um planejamento técnico" in: *Agronomia*, vol. 18, n.º 5, p. 33). Esta posição de harmonia na extração dos recursos naturais básicos só é atingida, quando se usa técnica aperfeiçoada. O empirismo tem como característica a degradação ou destruição dos recursos com o mínimo de proveito para o grupo humano.

A ciência e a tecnologia devem ser consideradas como da máxima importância pelos técnicos em recursos naturais básicos. Nas países subdesenvolvidos a ciência e a tecnologia têm valor inestimável para o desenvolvimento. A ciência dá o conhecimento e a tecnologia vai dar a sua aplicação.

¹⁴ DIZ W. DUARTE DE BARROS que "o mais poderoso recurso natural é a inteligência humana. Por este gigantesco recurso, real dom da Divindade, é possível criar, melhorar, deduzir, piorar, fomentar, aniquilar e anular as variadas formas e a constituição dos recursos naturais" ("A conservação dos recursos naturais e o município" in: "Clamor dos municípios", *Anais do IV Congresso Nacional de Municípios — 1957 —* (P. 185).

grupos de forças variáveis, agindo geralmente de modo antagônico contra o equilíbrio imposto pela natureza¹⁵.

A ação desregrada do grupo humano numa região, por conseguinte, numa paisagem, causa perturbações na circulação das águas, no desaparecimento da flora e fauna primitivas, e em muitos outros aspectos e a dilapidação dos recursos será tanto maior, quanto menor fôr a tecnologia empregada na obtenção dos mesmos.

Todavia, devemos acentuar que *não se pode pensar em conservação dos recursos naturais básicos num país, onde a educação se restrinja a uma pequena elite. É preciso que o povo seja esclarecido e orientado no sentido de não dilapidar os bens fornecidos pela natureza.*

Conservar, não significa *guardar*, insistimos, mas utilizar devidamente os *bens fornecidos pela natureza*. Felizmente, já se pode falar na existência de u'a mentalidade conservacionista nos países de nível cultural avançado, e na cogitação da mesma nos países menos desenvolvidos.

Pelo que expusemos pode-se afirmar que a conservação dos recursos naturais constitui tema de âmbito mundial, com implicações na própria paz universal, pois, a luta pela sobrevivência da humanidade tem suas raízes longínquas na boa ou má utilização dos recursos da natureza.

A conservação dos recursos naturais vai propiciar ao Poder Nacional um fortalecimento decorrente da transformação das riquezas, em estado potencial em Poder. São os recursos naturais básicos os fundamentos econômicos de tôdas as regiões, e os primeiros a serem explotados. Daí sua grande importância para os analistas do Poder Nacional.

Do exposto concluímos:

1 — As *análises* são indispensáveis para as *sínteses regionais*, e a Geografia ciência das sínteses interessa particularmente à política governamental tendo em vista os elementos globais que fornece para os administradores. Não se pode pensar em planejamentos regionais, sem prèviamente ter-se feito um levantamento geográfico da área.

2 — As *grandes regiões geográficas* constituídas pelas *regiões fisiográficas* ou *naturais* e as *regiões humanas* ou *culturais* são os fundamentos do Poder Nacional, enquanto os *fatôres* são os fenômenos singulares — físicos, bióticos e humanos identificadores das regiões primárias.

3 — O *espaço geográfico*, a *população* e os *recursos naturais* constituem sinteticamente os elementos fundamentais das regiões geográficas cuja análise feita pelos regionalistas fornece importantes dados para a consecução e a manutenção de seus interesses e objetivos nacionais.

4 — Os fundamentos e os *fatôres* que caracterizam as diferentes regiões geográficas constituem como vimos base para o entendimento das diversificações regionais de um país. A atenuação e eliminação dèsses *desequilíbrios regionais* é da máxima importância para o Poder Nacional.

5 — Os recursos naturais básicos das diferentes regiões geográficas, constituem o substrato econômico, das referidas áreas, sendo importante o grau de cultura do grupo humano que vai aproveitar dos mesmos. A boa ou má utilização dèstes recursos vai ter influência na própria segurança nacional.

6 — A conservação dos recursos naturais básicos deve ser uma das metas dos analistas do Poder Nacional. Povo faminto é prèsa fácil da revolução. Deve-se procurar organizar o espaço geográfico, de modo que a produção de bens alimentares não venha a sofrer quedas contínuas, com o vertiginoso crescimento demográfico do mundo.

¹⁵ E. FELDS no artigo intitulado "Geomorfologia Antropogenética" diz: "As ações mediatas ou indiretas do homem são hoje muito mais fortes que as influências geomorfológicas diretas. Elas se produzem em consequência de o homem operar intervenções no revestimento vegetal da terra. São tanto mais importantes que ganham rapidamente em força pela lei do auto-reforçamento" In: *Boletim Geográfico*, ano XVI, n.º 144 — (P. 355).